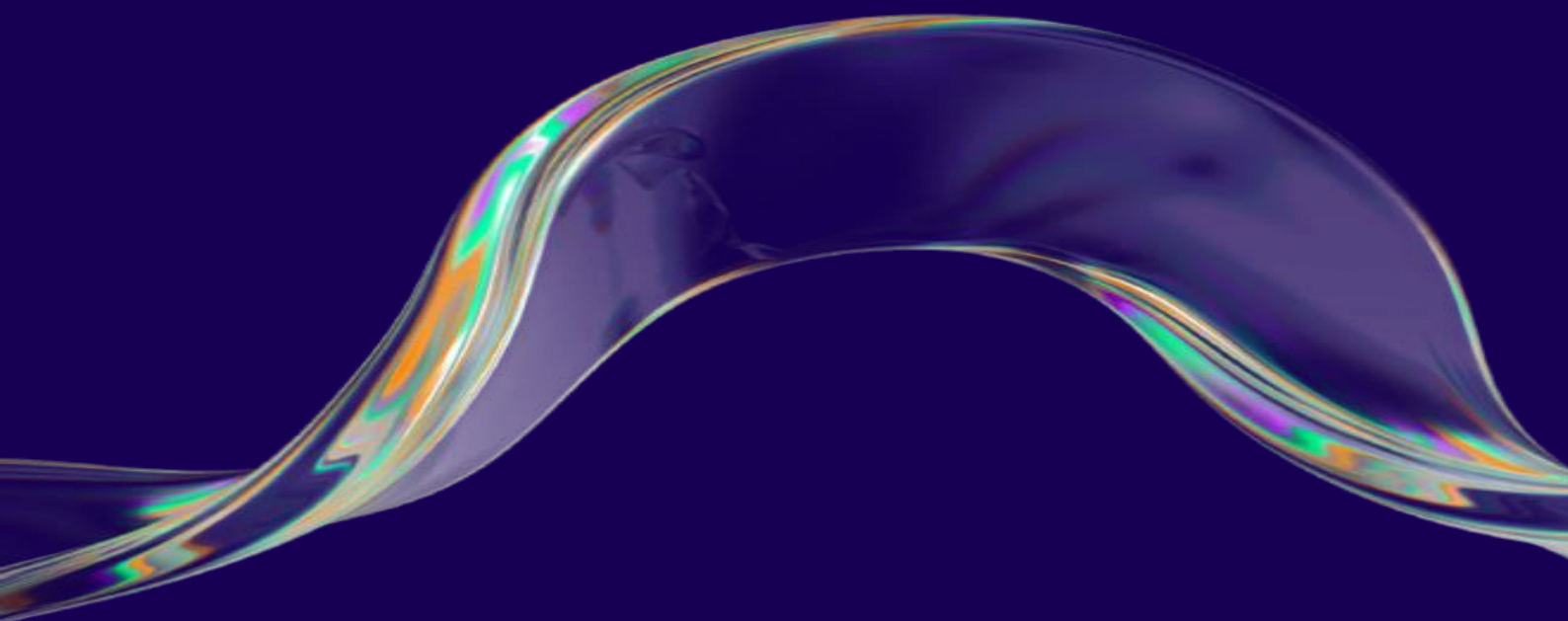


Ventos de Santo Estevão Holding S.A.



**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2023**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

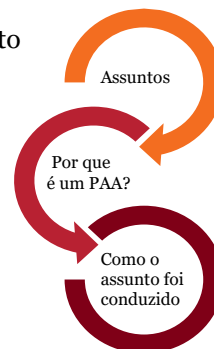
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 5 e 13 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.

Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: (i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e (iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Receita	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido.....	14
8	Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	14
9	Contas a receber de clientes	15
10	Investimentos	16
11	Imobilizado	18
12	Financiamentos e debêntures	20
13	Provisão de ressarcimento	22
14	Provisão para litígios	24
15	Obrigações de desmobilização de ativos.....	25
16	Partes relacionadas	26
17	Patrimônio líquido	28
18	Imposto de renda e contribuição social	28
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	29
20	Seguros	34

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	5	-	-	314.435	258.501
Custo com energia elétrica	6	-	-	(32.019)	(20.690)
Custo com operação	6	-	-	(144.608)	(140.093)
Lucro bruto		-	-	137.808	97.718
Despesas (receitas) operacionais					
Gerais e administrativas	6	(215)	(111)	(1.723)	(746)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6	(34)	-	(683)	92.833
		(249)	(111)	(2.406)	92.087
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(249)	(111)	135.403	189.805
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	59.585	71.197	-	-
		59.585	71.197	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		3.216	2.258	70.625	46.429
Despesas financeiras		(22.673)	(25.083)	(133.317)	(132.375)
		(19.457)	(22.825)	(62.692)	(85.946)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.879	48.261	72.710	103.859
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		-	-	(32.831)	(55.598)
Lucro líquido do exercício		39.879	48.261	39.879	48.261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	39.879	48.261
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	39.879	48.261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.879	48.261	72.710	103.859
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e atualização monetária de financiamentos e debêntures	12 (c)	21.906	23.295	106.092	109.202
Depreciação e amortização	6	-	-	75.896	77.395
Provisão de ressarcimento, líquida de reversões	13	-	-	24.889	47.298
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13	-	-	11.674	10.332
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	457	458	6.326	6.334
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		(2.251)	(1.965)	(9.901)	(8.880)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	3.707	3.996
Baixa de imobilizado		18	-	12.611	175
Equivalência patrimonial	10	(59.585)	(71.197)	-	-
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	-	14	-
		424	(1.148)	304.018	349.711
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	7.637	(168)
Tributos a recuperar		(507)	(313)	(2.040)	173
Demais créditos e outros ativos		9	-	(2.970)	(2.057)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(1)	(11)	(18.682)	5.411
Tributos a recolher		(1)	7	(7.994)	(7.183)
Provisão de ressarcimento	13	-	-	(28.760)	-
Partes relacionadas		2	(7)	1.061	71
Demais obrigações e outros passivos		-	(2)	(2.072)	1.659
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(74)	(1.474)	250.198	347.617
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	12 (c)	(13.066)	(12.717)	(88.629)	(91.740)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(54.853)	(18.832)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(13.140)	(14.191)	106.716	237.045
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		-	-	4.833	(11.834)
Resgate de (aplicação em) conta reserva		342	283	3.726	(1.076)
Redução de capital em controladas	1.1 (a)	16.299	11.777	-	-
Aumento de capital em controladas		-	(14.243)	-	-
Dividendos recebidos	1.1 (b)	3.538	7.248	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		20.179	5.065	8.559	(12.910)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	12 (c)	-	-	-	377
Liquidação de financiamentos e debêntures	12 (c)	(3.233)	(2.064)	(60.363)	(50.070)
Adições dos custos de captações	12 (c)	-	-	-	(7)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(101)	-
Aumento de capital		-	17.000	-	17.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.233)	14.936	(60.464)	(32.700)
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		3.806	5.810	54.811	191.435
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.979	1.169	477.627	286.192
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		10.785	6.979	532.438	477.627

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.785	6.979	532.438	477.627
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	7.827	6.841
Contas a receber de clientes		-	-	26.286	33.923
Tributos a recuperar		976	469	2.841	801
Dividendos a receber	16	11.277	3.538	-	-
Outros ativos		-	-	6.845	3.866
		<u>23.038</u>	<u>10.986</u>	<u>576.237</u>	<u>523.058</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	19.734	17.825	82.453	77.264
Outros ativos		-	9	5	14
		<u>19.734</u>	<u>17.834</u>	<u>82.458</u>	<u>77.278</u>
Investimentos	10	703.497	671.488	-	-
Imobilizado	11	-	18	1.310.859	1.389.344
Intangível		-	-	132	270
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	618	-
		<u>723.231</u>	<u>671.506</u>	<u>1.394.067</u>	<u>1.389.614</u>
Total do ativo		<u>746.269</u>	<u>700.326</u>	<u>1.970.304</u>	<u>1.989.950</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	12	11.097	8.665	70.338	62.999
Fornecedores		1	2	4.541	8.599
Arrendamentos		-	-	349	-
Tributos a recolher		13	14	5.018	35.034
Partes relacionadas	16	2	-	1.315	254
Provisão de ressarcimento	13	-	-	301.594	318.799
Dividendos a pagar	16	764	764	764	764
Outros passivos		-	-	942	3.035
		<u>11.877</u>	<u>9.445</u>	<u>384.861</u>	<u>429.484</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	12	184.865	181.233	938.924	982.837
Arrendamentos		-	-	275	-
Tributos a recolher		-	-	4.127	4.127
Provisão de ressarcimento	13	-	-	52.611	27.603
Provisões para litígios		-	-	73	52
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	39.906	36.199
		<u>184.865</u>	<u>181.233</u>	<u>1.035.916</u>	<u>1.050.818</u>
Total do passivo		<u>196.742</u>	<u>190.678</u>	<u>1.420.777</u>	<u>1.480.302</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	624.749	624.749	624.749	624.749
Prejuízos acumulados		(75.222)	(115.101)	(75.222)	(115.101)
Total do patrimônio líquido		<u>549.527</u>	<u>509.648</u>	<u>549.527</u>	<u>509.648</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>746.269</u>	<u>700.326</u>	<u>1.970.304</u>	<u>1.989.950</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Capital a integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022	610.249	(2.500)	(163.362)	444.387
Lucro do exercício (absorvido)	-	-	48.261	48.261
Total resultado abrangente do exercício	-	-	48.261	48.261
Aumento de capital	14.500	2.500	-	17.000
Destinação do resultado do exercício	14.500	2.500	-	17.000
Em 31 de dezembro de 2022	624.749	-	(115.101)	509.648
Em 1º de janeiro de 2023	624.749	-	(115.101)	509.648
Lucro líquido do exercício (absorvido)	-	-	39.879	39.879
Total resultado abrangente do exercício	-	-	39.879	39.879
Em 31 de dezembro de 2023	624.749	-	(75.222)	549.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho de suas controladas, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas nos Estados de Pernambuco e Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Araripe III, com capacidade instalada total de 357,9 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Elétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto I	423/2014	18,4	78.840	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto II	424/2014	27,6	123.516	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VI	460/2014	29,9	140.160	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VII	427/2014	18,4	82.344	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VIII	461/2014	18,4	78.840	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão I	451/2014	25,3	108.624	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão II	452/2014	25,3	104.244	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão III	453/2014	29,9	124.392	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão IV	181/2015	29,9	124.392	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão V	454/2014	27,6	119.136	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Onofre IV	180/2015	27,6	119.136	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 01	169/2015	29,9	133.152	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 02	390/2015	29,9	146.292	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 03	170/2015	19,8	80.592	08/05/2015	08/05/2050

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova;
- LER – Leilão de Energia de Reserva.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	Capital social das controladas em		
	2022	Redução (Nota 10 (b))	2023
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	31.923	(838)	31.085
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	48.378	(1.258)	47.120
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	55.405	(1.361)	54.044
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	35.292	(838)	34.454
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	77.989	(838)	77.151
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	49.196	(1.152)	48.044
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	51.414	(1.152)	50.262
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	52.609	(1.361)	51.248
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	65.921	(1.361)	64.560
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	53.475	(1.258)	52.217
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	56.609	(1.258)	55.351
Ventos de Santo Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	71.360	(1.361)	69.999
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	54.527	(1.361)	53.166
Ventos de Santo Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	40.330	(902)	39.428
	744.428	(16.299)	728.129

(b) Recebimento de dividendos

Controladas	Provisionados em 2022	Recebidos (i)	Mínimos obrigatórios propostos	Provisionados em 2023
Ventos de Santo Augusto II	-	-	1.015	1.015
Ventos de Santo Augusto VI	-	-	832	832
Ventos de Santo Augusto VII	91	(91)	944	944
Ventos de Santo Estevão V	671	(671)	1.520	1.520
Ventos de Santo Onofre IV	707	(707)	1.971	1.971
Ventos de São Virgílio 01	595	(595)	1.786	1.786
Ventos de São Virgílio 02	1.163	(1.163)	2.085	2.085
Ventos de São Virgílio 03	311	(311)	1.124	1.124
	3.538	(3.538)	11.277	11.277

- (i) Durante o exercício de 2023, a Companhia recebeu dividendos das suas controladas, que estavam provisionados em 31 de dezembro de 2022.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2023	2022		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
11	Imobilizado
13	Provisão de ressarcimento
14	Provisão para litígios
15	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos regulados - Leilão: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta		
Contratos regulados - Leilão LEN	215.479	212.223
Contratos regulados - Leilão LER	117.161	98.710
Provisão de ressarcimento (Nota 13)	(24.889)	(47.298)
Partes relacionadas (Nota 16)	2.867	5.453
Energia de curto prazo - CCEE	12.147	520
Total receita bruta	322.765	269.608
Outras receitas		
Venda crédito de carbono - partes relacionadas (Nota 16)	5.057	-
	327.822	269.608
Deduções sobre a receita bruta		
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(11.854)	(9.845)
ICMS sobre receitas operacionais	(80)	(34)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.453)	(1.228)
	(13.387)	(11.107)
Receita líquida	314.435	258.501

6 Custos e despesas

	Consolidado					
			2023	2022	Total	Total
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		
Energia comprada	(14.417)	-	-	-	(14.417)	(4.019)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(17.602)	-	-	-	(17.602)	(16.671)
Depreciação e amortização	-	(75.896)	-	-	(75.896)	(77.395)
Pessoal	-	(312)	-	-	(312)	-
Pessoal	-	(312)	-	-	(312)	-
Materiais	-	(733)	(4)	-	(737)	(447)
Materiais	-	(733)	(4)	-	(737)	(447)
Serviços	-	(53.579)	(1.694)	-	(55.273)	(50.076)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(45.420)	-	-	(45.420)	(39.953)
Manutenção e conservação	-	(3.621)	-	-	(3.621)	(2.686)
Serviços de terceiros	-	(4.538)	(1.694)	-	(6.232)	(7.437)
Outros	-	(14.088)	(25)	(683)	(14.796)	79.912
Aluguéis e arrendamentos	-	(5.068)	-	-	(5.068)	(4.870)
Seguros	-	(5.534)	-	-	(5.534)	(6.761)
Impostos, taxas e contribuições	-	(731)	-	-	(731)	(623)
Baixa de imobilizado	-	-	-	(1.763)	(1.763)	-
Indenização de seguros	-	-	-	-	-	93.405
Outras receitas e (despesas), líquidas	-	(2.755)	(25)	1.080	(1.700)	(1.239)
	(32.019)	(144.608)	(1.723)	(683)	(179.033)	(68.696)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		3.312	2.353	69.130	46.493
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	-	-	1.584	-
Juros sobre ativos financeiros		38	15	45	46
Outras receitas financeiras		22	-	22	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(156)	(110)	(156)	(110)
		<u>3.216</u>	<u>2.258</u>	<u>70.625</u>	<u>46.429</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos e debêntures	12 (c)	(13.133)	(12.930)	(88.480)	(92.035)
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	12 (c)	(8.773)	(10.365)	(17.612)	(17.167)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	-	-	(13.258)	(10.332)
Atualização monetária sobre provisão para litígios		-	-	(21)	(2)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	(457)	(458)	(6.326)	(6.334)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15	-	-	(3.707)	(3.996)
Outras despesas financeiras		(310)	(1.330)	(3.913)	(2.509)
		<u>(22.673)</u>	<u>(25.083)</u>	<u>(133.317)</u>	<u>(132.375)</u>
		<u>(19.457)</u>	<u>(22.825)</u>	<u>(62.692)</u>	<u>(85.946)</u>

8 Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa média de remuneração entre 97,73% e 102,50% do CDI (101,90% e 104,81% em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
Caixa e bancos	125	79	24.432	13.071
	<u>125</u>	<u>79</u>	<u>24.432</u>	<u>13.071</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	2.578	2.867	482.462	311.050
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	8.082	4.033	25.544	153.506
	<u>10.660</u>	<u>6.900</u>	<u>508.006</u>	<u>464.556</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>10.785</u>	<u>6.979</u>	<u>532.438</u>	<u>477.627</u>
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)				
Circulante	-	-	7.827	6.841
Não circulante	19.734	17.825	82.453	77.264
	<u>19.734</u>	<u>17.825</u>	<u>90.280</u>	<u>84.105</u>
	<u>30.519</u>	<u>24.804</u>	<u>622.718</u>	<u>561.732</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2023	2022	2023	2022
AAA	30.518	24.794	622.654	561.571
AA	1	4	64	152
Sem rating	-	6	-	9
	30.519	24.804	622.718	561.732

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos Regulados - Leilão LEN	19.062	24.921
Contratos Regulados - Leilão LER	3.906	8.660
Partes Relacionadas (Nota 16)	-	171
Energia de curto prazo - CCEE	3.318	171
	26.286	33.923

(b) **Vencimentos de contas a receber**

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	22.574	33.923
Vencidos até 3 meses	3.619	-
Vencidos acima de 6 meses	93	-
	26.286	33.923

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro 2023				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2023	2022	2023	Saldo 2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	29.662	2.091	100,00	100,00	2.091	3.943	29.662	28.409
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	50.377	6.007	100,00	100,00	6.007	6.891	50.377	46.642
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	56.714	5.678	100,00	100,00	5.678	7.881	56.714	53.228
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	37.778	3.977	100,00	100,00	3.977	4.374	37.778	35.584
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	46.088	(2.017)	100,00	100,00	(2.017)	(2.080)	46.088	48.943
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	37.902	281	100,00	100,00	281	3.180	37.902	38.774
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	48.426	3.293	100,00	100,00	3.293	4.457	48.426	46.285
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	37.574	1.967	100,00	100,00	1.967	4.120	37.574	36.968
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	50.502	2.575	100,00	100,00	2.575	161	50.502	49.288
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	59.250	6.399	100,00	100,00	6.399	8.986	59.250	55.629
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	63.951	8.300	100,00	100,00	8.300	7.506	63.951	58.880
Ventos de Santo Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	77.644	7.521	100,00	100,00	7.521	6.968	77.644	73.271
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	63.593	8.779	100,00	100,00	8.779	10.274	63.593	58.260
Ventos de Santo Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	44.036	4.734	100,00	100,00	4.734	4.536	44.036	41.327
					59.585	71.197	703.497	671.488

(b) **Movimentação**

	Controladora	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	671.488	601.363
Equivalência patrimonial	59.585	71.197
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	(11.277)	(3.538)
Aumento de capital	-	14.243
Redução de capital (Nota 1.1 (a))	(16.299)	(11.777)
Saldo no final do exercício	703.497	671.488

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

										Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Custo de servidão	Desmobilização de ativos	Veículos	Terrenos	Obras em andamento	2023	2022
Saldo no início do exercício											
Custo	1.645.256	133.998	5.197	137	6.691	17.013	551	168	16.154	1.825.165	1.833.501
Depreciação acumulada	(405.909)	(22.196)	(864)	(51)	(1.475)	(5.144)	(184)	-	-	(435.823)	(358.566)
Saldo líquido no início do exercício	1.239.347	111.802	4.333	86	5.216	11.869	367	168	16.154	1.389.342	1.474.935
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	9.903	9.903	11.834
Substituição de itens em garantia	(110)	-	-	-	-	-	-	-	-	(110)	-
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.960)
Baixas	-	(1.631)	(127)	(5)	-	-	-	-	(10.848)	(12.611)	(175)
Depreciação	(70.717)	(4.008)	(169)	(9)	(266)	(417)	(79)	-	-	(75.665)	(77.257)
Transferências	-	1.629	(8)	29	71	5	-	-	(1.726)	-	(35)
Saldo no final do exercício	1.168.520	107.792	4.029	101	5.021	11.457	288	168	13.483	1.310.859	1.389.342
Custo	1.645.146	133.996	5.062	161	6.762	17.018	551	168	13.483	1.822.347	1.825.165
Depreciação acumulada	(476.626)	(26.204)	(1.033)	(60)	(1.741)	(5.561)	(263)	-	-	(511.488)	(435.823)
Saldo líquido no final do exercício	1.168.520	107.792	4.029	101	5.021	11.457	288	168	13.483	1.310.859	1.389.342
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	6	3	3	15				

12 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(b) Composição

Controladora										
2023										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA + 6,99%	5.539	(457)	6.015	11.097	188.333	(3.468)	184.865	195.962	202.536

Controladora										
2022										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
Debêntures	IPCA + 6,99%	3.174	(457)	5.948	8.665	185.158	(3.925)	181.233	189.898	195.626

Consolidado										
2023										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	TJLP + 2,78%	61.909	(5.870)	3.202	59.241	793.156	(39.097)	754.059	813.300	773.682
Debêntures	IPCA + 6,99%	5.539	(457)	6.015	11.098	188.333	(3.468)	184.865	195.962	202.536
		67.448	(6.327)	9.217	70.338	981.489	(42.565)	938.924	1.009.262	976.218

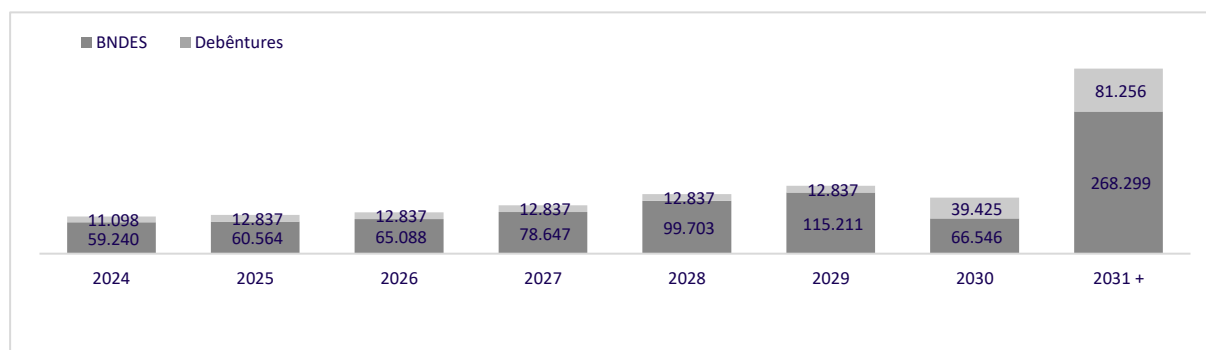
Consolidado										
2022										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valos Justo
BNDES	TJLP + 2,79%	56.815	(5.869)	3.388	54.334	846.570	(44.966)	801.604	855.938	731.370
Debêntures	IPCA + 6,99%	3.174	(457)	5.948	8.665	185.158	(3.925)	181.233	189.898	195.626
		59.989	(6.326)	9.336	62.999	1.031.728	(48.891)	982.837	1.045.836	926.996

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(c) Perfil de vencimento - consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(d) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	189.898	180.926	1.045.836	1.071.740
Captações	-	-	-	377
Provisão de juros	13.133	12.930	88.480	92.035
Atualização monetária	8.773	10.365	17.612	17.167
Adições dos custos de captações	-	-	-	(7)
Apropriações dos custos de captações	457	458	6.326	6.334
Juros pagos	(13.066)	(12.717)	(88.629)	(91.740)
Liquidações	(3.233)	(2.064)	(60.363)	(50.070)
Saldo no final do exercício	195.962	189.898	1.009.262	1.045.836

(e) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Votorantim S.A, Auren Energia S.A e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repasse	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Garantia prestada pelas controladas da Companhia; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(f) Condições restritivas

Os financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,2x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

Esses índices são avaliados com base nos números consolidados sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado (não auditado)	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	39.879	48.261
Imposto de renda e contribuição social	32.831	55.598
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	72.710	103.859
(+) Resultado financeiro, líquido	62.692	85.946
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	1.607	-
(+) Depreciação e amortização	75.817	77.395
EBITDA Ajustado	212.826	267.200
(-) Imposto de renda e contribuição social	(32.831)	(55.598)
Geração de caixa da atividade [a]	179.995	211.602
Serviço de dívida [b]	(148.992)	(141.810)
(-) Pagamento de juros	(88.629)	(91.740)
(-) Pagamento de principal	(60.363)	(50.070)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	1,21	1,49

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LER: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos

financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LER: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais a partir de novembro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
			2023	2022
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	239.640	106.762	346.402	288.772
Adições (Nota 5)	15.901	20.573	36.474	47.298
<i>Constrained-off</i> (i) (Nota 5)	(5.356)	(6.229)	(11.585)	-
Pagamentos (i)	(28.760)	-	(28.760)	-
Atualização monetária (Nota 7)	8.674	3.000	11.674	10.332
Saldo no final do exercício	230.099	124.106	354.205	346.402
Circulante	223.622	77.972	301.594	318.799
Não Circulante	6.477	46.134	52.611	27.603
	230.099	124.106	354.205	346.402

(i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentaria ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reparações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) **Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2023, a controladas da Companhia possuem processos de natureza tributária e cível com prognóstico de perda possível, nos montantes atualizados de R\$ 1.467 (R\$ 1.185 em 31 de dezembro de 2022), R\$ 33 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

15 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) **Composição e movimentação**

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2023	2022
Saldo no início do exercício	582.595	(546.396)	36.199	52.163
Remensuração	-	-	-	(19.960)
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	3.707	3.707	3.996
Saldo no final do exercício	582.595	(542.689)	39.906	36.199

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Controladora

	Ativo		Passivo		Controladora	
	2023	2022	2023	2022	Compras e serviços	
					2023	2022
Dividendos a receber						
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.	1.014	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	832	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	945	91	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	1.520	671	-	-	-	-
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	1.971	707	-	-	-	-
Ventos de Santo Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	1.786	595	-	-	-	-
Ventos de Santo Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	2.085	1.163	-	-	-	-
Ventos de Santo Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	1.124	311	-	-	-	-
Fornecedores - serviços						
Votorantim S.A.	-	-	2	-	(10)	(34)
Dividendos a pagar						
Auren Energia S.A.	-	-	764	764	-	-
	11.277	3.538	766	764	(10)	(34)

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Consolidado Compras e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes – (Nota 9) Vendas								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	171	-	-	7.924	5.453	-	-
	-	171	-	-	7.924	5.453	-	-
Fornecedores - Compras e serviços								
Votorantim S.A.	-	-	269	163	-	-	(1.618)	(1.942)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	91	-	-	(1.273)	(3.859)
CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.	-	-	1.046	-	-	-	(14.097)	-
	-	-	1.315	254	-	-	(16.998)	(5.801)
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	764	764	-	-	-	-
	-	171	2.079	1.018	7.924	5.453	(16.998)	(5.801)

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ \$ 624.749, composto por 624.749.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Auren Energia S.A.

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício do consolidado apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado					
	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Outras Receitas Operacionais	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	321.738	321.738	67.864	67.864	1.290	1.290
% de Presunção da Base	8%	12%			32%	32%
Base de cálculo Presumida	25.739	38.609	67.864	67.864	413	413
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%			
IRPJ e CSLL no resultado	6.183	3.475	16.966	6.108	62	37

	Consolidado					
	2022					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Outras Receitas Operacionais (Presunção de 100%)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	269.608	269.608	46.842	46.842	93.245	93.245
% de Presunção da Base	8%	12%				
Base de cálculo Presumida	21.569	32.353	46.842	46.842	93.245	93.245
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	5.056	2.912	11.711	4.216	23.311	8.392

A diferença entre outras receitas e receitas financeiras com a nota 6 e 7 refere-se à atualização monetária sobre ressarcimento.

(b) Efeito no resultado

	Consolidado	
	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	32.831	55.598
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	8,43%	13,57%

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 9)	1	-	-	26.286	33.923
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	10.660	6.900	508.006	464.556
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 8)	1	19.734	17.825	90.280	84.105
		<u>30.394</u>	<u>24.725</u>	<u>598.286</u>	<u>548.661</u>
		<u>30.394</u>	<u>24.725</u>	<u>624.572</u>	<u>582.584</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debêntures (Nota 12)	2	195.962	189.898	1.009.262	1.045.836
Fornecedores	1	1	2	4.359	8.599
Partes relacionadas (Nota 16)	1	2	-	1.497	254
		<u>195.965</u>	<u>189.900</u>	<u>1.015.118</u>	<u>1.054.689</u>

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

					Controladora
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos e debêntures (i)	18.096	49.476	45.039	152.663	265.274
Fornecedores	1	-	-	-	1
Partes relacionadas	2	-	-	-	2
	18.099	49.476	45.039	152.663	265.277
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos e debêntures (i)	14.913	36.592	38.341	153.740	243.586
Fornecedores	2	-	-	-	2
	14.915	36.592	38.341	153.740	243.588

					Consolidado
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos e debêntures (i)	145.166	150.599	468.054	707.899	1.471.718
Fornecedores	4.359	-	-	-	4.359
Arrendamentos (i)	384	283	-	-	667
Partes relacionadas	1.497	-	-	-	1.497
	150.638	150.316	468.054	707.899	1.476.907
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos e debêntures (i)	139.587	286.223	288.750	875.089	1.589.649
Fornecedores	8.599	-	-	-	8.599
Partes relacionadas	254	-	-	-	254
	148.440	286.223	288.750	875.089	1.598.502

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia e de suas controladas, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e conta reserva	30.394	BRL mil	-69 bps*	(208)	(885)	(1.770)	885	1.770
IPCA 4,62%	Financiamentos e debêntures (i)	199.887	BRL mil	38 bps*	(760)	2.309	4.617	(2.309)	(4.617)

					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e conta reserva	598.286	BRL mil	-69 bps*	(4.101)	(17.425)	(34.850)	17.425	34.850
IPCA 4,62%	Financiamentos e debêntures (i)	199.887	BRL mil	38 bps*	(760)	2.309	4.617	(2.309)	(4.617)
TJLP 6,53%	Financiamentos e debêntures (i)	858.267	BRL mil	-2 bps*	172	14.011	28.022	(14.011)	(28.022)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

20 Seguros

A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos. A apólice de riscos patrimoniais possui coberturas, condições e limites compartilhados entre algumas controladas do grupo, como é o caso.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 5.465 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.435 em 31 de dezembro de 2022).